EVELIN TEIXEIRA DE SOUZA ALVES

**A SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO ADMINISTRATIVO
GLOBAL**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Associado Dr. Edmir Netto de Araújo

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

EVELIN TEIXEIRA DE SOUZA ALVES

A solução de conflitos no Direito Administrativo Global

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito do Estado (DES), sob a orientação da Prof. Associado Dr. Edmir Netto de Araújo.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2019

Catálogo na Publicação
Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Alves, Evelin Teixeira de Souza

A solução de conflitos no Direito Administrativo Global /
Evelin Teixeira de Souza Alves. -- São Paulo, 2019.
192 p. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São
Paulo, 2019.

Orientador: Edmir Netto de Araújo.

1. Solução de conflitos. 2. Direito Administrativo Global. 3.
Direito Transnacional. I. Araújo, Edmir Netto de, orient. II.
Título.

Nome: ALVES, Evelin Teixeira de Souza

Título: A Solução de Conflitos no Direito Administrativo Global

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial
para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.

Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.

Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.

Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico este estudo acadêmico ao meu querido e amado esposo Mair Luiz Alves, meu companheiro de vidas, pelo enorme incentivo e paciência no período de minha constante ausência.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos ao estimado professor Edmir Netto de Araújo, pela confiança no meu desenvolvimento acadêmico.

Aos meus pais Eduarda e Eslei, pelo apoio e amor incondicional.

Aos meus irmãos Eslei Junior e Brunno, pelo companheirismo e amor fraternal.

Às queridas Marcia Jungmann Cardoso e Tânia Ishikawa Mazon, pela amizade, respeito e reconhecimento profissional.

“A natureza quis que o homem tirasse inteiramente de si tudo o que ultrapassa a ordenação mecânica de sua existência animal e que não participasse de nenhuma felicidade ou perfeição senão daquela que ele proporciona a si mesmo, livre do instinto, por meio da própria razão”.

Immanuel Kant

RESUMO

ALVES, Evelin Teixeira de Souza. *A solução de conflitos no Direito Administrativo Global*. 2019. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

A regulação global atualmente existente, de variada temática e especificidade, demanda o entendimento e o aprimoramento da sua lógica normativa. O Direito Internacional Público revelou-se insuficiente para este propósito. A teoria do Direito Administrativo Global, difundida no eixo América do Norte – Itália, propôs-se a estes desideratos (descritivo e prescritivo). O Direito Administrativo Global preconiza a existência de um espaço administrativo global, onde diversificadas formas e arranjos administrativos (públicos e privados) produzem decisões reguladoras. A teoria sugere a aplicação de instrumentos e de uma principiologia (transparência, participação, motivação e controle), como forma de promover *accountability* da governança global. As prescrições do Direito Administrativo Global desafiam o conceito de Direito e retratam as suas características peculiares, dentre as quais se destacam os seus métodos de solução de conflitos, que igualmente se sujeitam aos seus padrões normativos.

Palavras-chave: Solução de conflitos. Direito Administrativo Global. Direito Transnacional.

ABSTRACT

ALVES, Evelin Teixeira de Souza. *Conflict resolution in Global Administrative Law*. 2019. 192 f. Dissertation (Master) - Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

The existing global regulation, of varied thematic and specificity, demands the understanding and the improvement of its normative logic. Public international law has proved insufficient for this purpose. The theory of Global Administrative Law, disseminated in the North America - Italy axis, has been proposed to these desiderates (descriptive and prescriptive). Global Administrative Law advocates the existence of a global administrative space, where diverse forms and administrative arrangements (public and private) produce regulatory decisions. The theory suggests the application of instruments and a principiology (transparency, participation, motivation and control) as a way to promote accountability of global governance. The provisions of the Global Administrative Law challenge the concept of Law and portray its peculiar characteristics, among which are its methods of conflict resolution, which are also subject to its normative standards.

Keywords: Conflict resolution. Global Administrative Law. Transnational Law.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Refugiados

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CEDH – Corte Europeia dos Direitos do Homem

CF – Constituição Federal

CGI.br – Comitê Gestor da Internet

CIDH – Corte Interamericana dos Direitos Humanos

CIJ – Corte Internacional de Justiça

CJCE – Corte de Justiça das Comunidades Europeias

CNUD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento

CPI – Corte Penal Internacional

CRC – Centro de Resolução de Disputas

DAG – Direito Administrativo Global

DNS – Domain Name System

DST – Dispute Settlement Understanding

EJIL – European Journal of International Law

ESD – Entendimento sobre Solução de Disputas

FGV – Faculdade Getúlio Vargas

FLO – Fair Trade International

FSC – Forest Stewardship Council

FMI – Fundo Monetário Internacional

GAC – Governmental Advisory Committee

GAL – Global Administrative Law

GATT – General Agreements on Tariffs and Trade

GIGF – Global Internet Governance Forum

GIPC – Global Internet Policy Council

ICSID – International Centre for Settlement of Investments Disputes

ICANN – Internet Corporation for Assigned Names and Numbers

IILJ – Institute for International and Justice

IPA Project – Exercise of International Public Authority

IRPA – Institute for Research on Public Administration

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual

ONU – Organização das Nações Unidas

RFC – Request System for Coments

SACI-Adm – Sistema Administrativo de Conflitos de Internet Relativos a Nomes de Domínios Sob .BR

SSC – Sistema de Solução de Controvérsias

TPII – Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia

TPIR – Tribunal Penal Internacional para Ruanda

UDRP – Uniform Dispute Resolution Policy

UNCTAD – United Nations Conference Trade and Development

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

US – United States of America

WGIG – Working Group on Internet

WICANN – World Internet Corporation for Assigned Names and Numbers

WIPO – World Intellectual Property Organization

WTO – World Trade Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 PREMISSAS.....	19
2.1 SOBRE A GÊNESE DO DIREITO.....	19
2.2 UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR.....	21
3 A GLOBALIZAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO, IMPACTOS, HISTÓRICO E CORRENTE IDEOLÓGICA.....	24
3.1 O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO.....	24
3.2 O PARADIGMA DA GLOBALIZAÇÃO.....	26
3.3 AS DIMENSÕES DA GLOBALIZAÇÃO.....	29
3.4 OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO.....	30
3.5 CONTEXTO HISTÓRICO.....	32
3.6 A IDEOLOGIA SUBJACENTE.....	38
3.7 CONCEITO DE GLOBALIZAÇÃO E TERMINOLOGIAS AFINS.....	40
3.8 O CONTRAPONTO ENTRE O GLOBAL E O LOCAL.....	43
3.9 OS MOVIMENTOS DE ANTIGLOBALIZAÇÃO E DESGLOBALIZAÇÃO....	44
4 AS TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO PROVOCADAS PELA GLOBALIZAÇÃO.....	47
4.1 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ESTATAL.....	47
4.1.1 A justificação do Estado.....	47
4.1.2 Evolução e crises do modelo estatal.....	51
4.2 O IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO PARA O ESTADO-NAÇÃO.....	54
4.2.1 A mitigação da soberania e o estremecimento da autoridade estatal.....	55
4.2.2 O novo papel do Estado-Nação e assunção de funções de Natureza global.....	59
4.3 O IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO PARA O DIREITO.....	62
4.3.1 Relativização da legalidade.....	62
4.3.2 Remodelação do conceito de Direito.....	
4.3.3 A derrocada do sistema de Vestfália e a transformação do Direito Internacional.....	69
4.3.3.1 A principiologia do Direito Internacional.....	71

4.3.3.2 As fontes do Direito Internacional.....	72
4.3.3.3 Os sujeitos do Direito Internacional.....	76
4.3.3.4 Transformações na ordem jurídica internacional.....	78
4.3.4 O impacto da globalização para o Direito Administrativo.....	80
4.3.5 Teorias sobre o impacto da globalização jurídica.....	82
4.3.5.1 Teorias internacionalistas.....	82
4.3.5.1.1 <i>Direito Transnacional</i>	83
4.3.5.1.2 <i>Direito Mundial</i>	84
4.3.5.1.3 <i>Novo Direito Global</i>	84
4.3.5.1.4 <i>Novo jus gentium</i>	85
4.3.5.1.5 <i>Exercício do Poder Público Internacional</i>	85
4.3.5.1.6 <i>Criação Jurídica Informal Internacional</i>	88
4.3.5.1.7 <i>Escola de New Haven</i>	89
4.3.5.2 Teorias administrativas.....	90
4.3.5.2.1 <i>Direito Administrativo Internacional</i>	91
4.3.5.2.2 <i>Teoria da internacionalização das relações administrativas</i>	92
4.3.5.2.3 <i>Direito Administrativo sem Estado</i>	94
4.3.5.2.4 <i>Direito Administrativo Global</i>	95
4.3.5.3 Outras teorias.....	97
4.3.5.3.1 <i>Cosmopolitismo</i>	97
4.3.5.3.2 <i>Constitucionalismo global</i>	99
5 O DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL.....	103
5.1 A INSUFICIÊNCIA DO DIREITO INTERNACIONAL.....	103
5.2 ESCOLAS FUNDANTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL.....	105
5.2.1 A Escola Italiana de Sabino Cassese.....	105
5.2.2 A Escola Americana e o Projeto de Direito Administrativo Global – DAG.....	108
5.2.2.1 Contexto histórico do Projeto DAG.....	111
5.2.2.2 Escopo do Projeto DAG.....	112
5.2.2.3 Metodologia do Projeto DAG.....	113
5.2.2.4 Concepção normativa do DAG.....	114
5.2.3 A sinergia entre as Escolas Italiana e Norte-americana.....	117
5.2.4 A doutrina brasileira do Direito Administrativo Global.....	118
5.2.5 As teorias opositoras ao Direito Administrativo Global.....	120

5.2.6 Características do DAG.....	123
5.2.6.1 O foco na atividade administrativa.....	123
5.2.6.2 O espaço administrativo global.....	128
5.2.6.3 Pluralismo regulatório setorial.....	131
5.2.6.4 Enfoque na governança global.....	133
5.2.6.5 Presença de uma política global.....	137
5.2.6.6 Ausência de centro de referência e base constitucional.....	138
5.2.6.7 Aproximação entre o público e o privado.....	139
5.2.6.8 Pluralidade de preceitos indicativos e não imperativos (<i>soft law</i>).....	139
5.2.6.9 Padrão diferenciado de vinculação de suas normas.....	141
5.2.6.10 Mecanismos alternativos de <i>accountability</i>	142
5.2.6.11 Análise do custo-benefício da sua implementação.....	143
5.2.6.12 Mecanismos privados de solução de disputas.....	145
5.2.7 Atores do DAG.....	145
5.2.8 Principiologia do DAG.....	147
5.2.9 Fontes do DAG.....	148
5.2.10 O conceito de direito no DAG.....	150
5.2.11 Desafios para o DAG.....	152
5.2.11.1 Superação do déficit democrático.....	152
5.2.11.2 Desenvolvimento da função executiva.....	153
5.2.11.3 Aprimoramento metodológico.....	154
5.2.11.4 Desenvolvimento de regras substantivas.....	154
5.2.11.5 Suplantação do déficit normativo.....	156
5.2.12 Avanços do Projeto DAG.....	157
6 O MODELO GLOBAL PARA A SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	159
6.1 MÉTODOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS	162
6.2 SISTEMAS DE SOLUÇÃO GLOBAL DE CONTROVÉRSIAS.....	164
6.2.1 Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização Mundial do Comércio (OMC).....	164
6.2.2 A solução de conflitos no âmbito da ICANN.....	172
6.2.2.1 O Sistema Administrativo de Conflitos de Internet Relativos a Nomes de Domínios Sob .BR – SACI-Adm.....	176
6.2.3 Aplicação do DAG para os sistemas de solução de conflitos da OMC e da ICANN.....	177

6.3 CONFLITOS NORMATIVOS NA ESFERA GLOBAL.....	179
7 CONCLUSÃO.....	180
REFERÊNCIAS.....	182

1 INTRODUÇÃO

Não se olvida que a globalização, que hodiernamente se aquiesce ter alcançado dimensões variadas (social, política, cultural, ambiental e jurídica), teve seu nascedouro relacionado a propósitos explicitamente econômicos, mormente atrelados à implementação de um mercado global, impregnado pela lógica capitalista.

Com efeito, desde a década de 1990, o fenômeno globalizante reflete um paradigma, no qual estão presentes as seguintes condições enunciadas por André-Jean Arnaud¹: alteração nos modelos de produção, livre fluxo de investimentos, incentivo ao estabelecimento de acordos comerciais entre Países, formação de blocos econômicos regionais, diminuição do papel do Estado, hegemonia dos conceitos neoliberais, democratização, proteção dos direitos humanos e surgimento de atores supranacionais e transnacionais, às quais acrescentamos, a criação de regimes destinados à regulação de determinados setores, em nível global.

A miríade de regimes regulatórios globais contemporaneamente existentes, da mais vasta e variada temática (comércio global, saúde, meio ambiente, normalização, direitos humanos, investimentos, finanças, padronização bancária, entre outros), com suas especificidades, bem assim sua autonomia, estruturação e incompletude, traz a lume enormes desafios para os juristas, tanto no sentido de compreender a realidade neles vivenciadas (propósito empírico ou descritivo), quanto no de entender a sua lógica normativa e colaborar para o seu devido aprimoramento (propósito normativo ou prescritivo).

Ademais da consolidação dos sistemas globais regulatórios, a inarredável necessidade de cooperação entre as Nações, assim como o agigantamento das grandes organizações econômicas (que se tornaram transnacionais, fizeram emergir uma *“nova forma de poder privado de caráter difuso*

¹ ARNAUD, André-Jean. *O direito entre a modernidade e globalização. Lições de filosofia do direito e do Estado*. Tradução: Patrice Charles Wuillaume. Rio de Janeiro, Renovar, 1999, p. 12-14.

e *supraestatal*² e impuseram uma busca incessante pela ampliação da competitividade, das transações financeiras e do lucro), desencadearam uma verdadeira crise do poder e autoridade estatal, a qual não pode passar despercebida pelos estudiosos do Direito.

Sobreleva notar que os impactos da globalização econômica foram desmesurados, sobretudo para a Ciência Jurídica. Dessarte, para além das transformações que acarretou para a instituição política estatal – com especial destaque para mitigação da sua soberania e para assunção de atribuições de índole global, propiciou a constatação de que as ordens jurídicas nacional e internacional revelaram-se insuficientes para o regramento das interações estabelecidas entre os novos atores do cenário mundial (oportunamente enunciados neste trabalho), os quais atuam sob a égide de diversificados modelos de governança, destoantes, pois, das tradicionais fórmulas por elas reconhecidas e disciplinadas. Referidos arquétipos, constituintes de uma tipologia variada de governança (conceito que será esmiuçado no item 5.2.6.2) – que se prefere denominar de administração global, haja vista que aqui se compartilha o entendimento, difundido pela teoria do Direito Administrativo Global – DAG, de que boa parte da governança mundial pode ser compreendida e apreciada como uma ação de caráter administrativo, dão azo ao surgimento de um espaço administrativo global.

Aludida ordem de amplitude global, bem como suas vicissitudes e peculiaridades, serão abordadas, como premissas, na presente dissertação, com amparo na teoria do Direito Administrativo Global (DAG), difundida no eixo América do Norte – Europa (Itália), donde foi desenvolvida e aprimorada, sem, entretanto, descurar do necessário contraponto das teses que lhes são adversas e do enfrentamento das críticas que lhes são direcionadas, com o fito de focalizar os métodos de resolução de controvérsias de que se vale para dirimir contendas entre os sujeitos que dela participam.

Nesta toada, considerando a existência de uma infinidade de sistemas regulatórios e, conseqüentemente, de uma gama de metodologias específicas

² HEILMANN, *Maria de Jesus Rodrigues Araújo*. *Globalização e o novo direito administrativo*. Curitiba: Juruá Editora, 2010. p. 83.

destinadas à solução de conflitos deles decorrentes, elegeu-se a perscrutação do Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio – OMC (World Trade Organization – WTO), vocacionado à dirimição de contendas inauguradas na esfera do mercado comercial internacional e do Sistema de Solução de Disputas da International Corporation for Assigned Names and Numbers – ICANN, dirigido à composição de controvérsias relacionadas a disputas sobre nomes de domínio na internet, cujas aludidas instituições globais tratam-se, respectivamente, das espécies de administração global intergovernamental e de administração global híbrida, definidas pelo DAG.

Esse recorte permitirá, outrossim, a análise percuciente de cada um deles que, nada obstante encerrem modelos sobremaneira diversos de resolução de litígios, tanto em relação aos sujeitos implicados (que, na OMC, são os Estados Soberanos e os organismos internacionais por eles instituídos e, na ICANN, pode envolver diversos atores privados e públicos), quanto ao aspecto formal (procedimento e vinculação de suas decisões), são igualmente suscetíveis aos princípios e padrões normativos preconizados pela teoria do DAG, repise-se pelo fato de que ambas entidades se referem a tipos de administração global.

Além disso, a apreciação dos dois modelos escolhidos, terá o condão de enfatizar a peculiaridade desse espaço jurídico, o qual, por seu turno, desafia a abordagem de tormentosas e controversas questões atinentes ao conceito de Direito, bem como à sua universalização.

De tal sorte, resta sobranceira a relevância do tema selecionado, que é resultante da espontaneidade e da dinâmica social-econômica, merecendo uma acurada apreciação das suas facetas.

Neste mister, serão desenvolvidos seis capítulos. Enquanto o presente Capítulo 1 retrata a escolha e importância do tema a ser estudado. O Capítulo 2 assentará as premissas básicas para a pesquisa. O Capítulo 3 objetivará a caracterização do paradigma da globalização, seu contexto histórico, suas ideologias subjacentes, dimensões, impactos, teorias favoráveis e contrárias e eventual superação (desglobalização), imprescindíveis para a compreensão da sua conjuntura e dimensão. O Capítulo 4 cuidará das transformações no Direito provocadas pela globalização, tanto para os Estados Nacionais quanto para o Direito Administrativo, enfrentando a sensível temática atinente à mitigação da

soberania e autoridade estatal. Demais disso, no Capítulo 5 será discorrido sobre o Direito Administrativo Global – DAG, suas escolas fundantes e as teorias adversárias, características, sujeitos, principiologia, fontes, alcance, tipologia, finalidades, desafios a serem suplantados e, principalmente, seu modelo de resolução de controvérsias. No Capítulo 6 serão abordados os modelos de solução de controvérsias da OMC e da ICANN e a possibilidade de aplicação dos princípios e quadro normativo formulado pela teoria do DAG. Por derradeiro, será apresentada a conclusão no sentido de que a teoria do Direito Administrativo Global pode contribuir para que a vasta a regulação global que se produz incessantemente na contemporaneidade salvguarde direitos e promova a devida responsabilização na esfera transnacional, sobretudo em áreas de grande vulnerabilidade, como a relativa à solução de conflitos.

7 CONCLUSÃO

Num mundo tão fragmentado e desigual, a busca de certa estabilidade, a proteção de direitos – conquistados ao esforço e custa de tantas vidas, a promoção da igualdade e da dignidade humana, ao mesmo tempo que parecem ser desafios inalcançáveis, servem como mula propulsora para que muitos estudiosos das mais variadas ciências se valham das suas correspectivas experiências e competências para a construção de uma sociedade mais humanizada.

Os juristas estão entre esses sonhadores e edificadores de um mundo melhor. Procuram com seu conhecimento compreender a realidade, nela intervir tentando imprimir uma certa ordem e influir para que o progresso humano seja concretizado.

A nobreza desse propósito espalha-se com certa celeridade. E se espera avidamente que as boas intenções e práticas realmente estejam modulando os desejos cosmopolitas que parecem estar impregnados contemporaneamente, de molde a se mostrarem refratárias a quaisquer propósitos dominantes.

O fenômeno da globalização resiste firmemente, a despeito da fissura e abalo que tem sofrido nos últimos tempos, devido a movimentos desglobalizantes e ultra-nacionalistas.

Igualmente, a ideologia capitalista está posta e, apesar de ser constantemente contestada, não parece estar fadada à eliminação, em que pese concorrer com outras não tão clarividentes como a chinesa.

Dessarte, ao jurista diligente importa transitar em ambientes inóspitos, impregnados por perspectivas aparentemente paradoxais (cosmopolita, global e capitalista), os quais, concomitantemente, fornecem-lhes obstáculos e desafios.

Um desses ambientes inospitais é sobranceiramente a regulação ou governança global. Um universo cuja normatização ainda é incerta, porém que se ressentida da certeza da insuficiência do sistema internacional hodierno para o regramento da miríade de interações que nele são entabuladas. Seus diversificados protagonistas, de variada estirpe (pública, privada e mista), e que atuam de

matizadas formas, incitam juristas, acadêmicos e outros especialistas a encontrarem a ordem nesse caos regulatório.

Decerto a teoria do Direito Administrativo Global – DAG traduz uma tentativa de introduzir uma margem de segurança e de responsabilização na órbita da governança global, acertadamente compreendida como atividade de feição administrativa. O DAG é direito num sentido amplíssimo e que não corresponde ao tradicional conceito de Direito. É administrativo, haja vista o conteúdo das atividades que abrange. E é global, porque não é internacional (limitada aos Estados Nacionais), não é universal (não expressa o universalismo), não é supranacional (não se posiciona sobre as instituições estatais) e tampouco mundial (não alcança todos os confins do Planeta Terra), avizinhandose do transnacional (por ir além da nacionalidade).

Com suas características e abordagens próprias propõe uma principiologia (transparência, participação, motivação e controle) que, longe de ser original, retrata o caráter público que deve ser disseminado, sobretudo por aproximá-lo ao esperado *accountability*, no campo global. Com suas deficiências, especialmente normativas e espaços para progressos, que não o depreciam senão o vivificam, o DAG se abre para novas perspectivas, que o aproxima de outras abordagens. E, nomeadamente em razão da fortaleza que carrega, é capaz de decodificar realidades, inclusive pragmáticas, como a concernente à seara da resolução de controvérsias, propondo otimizações.

REFERÊNCIAS

ABOTT, Kenneth W., SNIDAL, Duncan. *Hard and soft law in international governance*. International Organization, vol. 54, n. 3, Legalization and World Politics (Summer, 2000), p. 421-456.

ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. *Formação da teoria do direito administrativo no Brasil*. São Paulo: Quatier Latin, 2015.

ALVES, Evelin Teixeira de Souza. *Mediación administrativa: una técnica negocial aplicable por la Administración Pública*. In Diversas miradas iberoamericanas sobre el processo civil, la mediación y el arbitraje. Salamanca: Ratio Legis, 2016, p. 509-550.

ALVES, Evelin Teixeira de Souza. *Limites para a fixação de sanções tributárias formais*. Revista de Direito Tributário Contemporâneo. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 2. Vol. 6 – maio-jun./2017. p. 85-113.

ANTUNES, Luís Felipe Colaço. *O direito administrativo sem Estado. Crise ou fim de um paradigma?* Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

ARAÚJO, Edmir Netto de. *Curso de direito administrativo*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ARNAUD, André-Jean. *O direito entre a modernidade e globalização*. Lições de filosofia do direito e do Estado. Tradução: Patrice Charles Guillaume. Rio de Janeiro, Renovar, 1999.

AUBY, Jean-Bernard. *Is legal globalization regulated? Memling and the business of baking camel*. <http://www.utrechtlawreview.org/> Volume 4, Issue 3 (December) 2008, p. 210-217.

AZEVEDO NETO, Floriano Marques de. *O direito administrativo no sistema de base romanística e de common law*. In *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 268, p. 55-81, jan./abr. 2015, p. 55-81.

BARNES, Javier. *El derecho administrativo global y el derecho administrativo nacional, dos dimensiones científicas hoy inseparables*. In *Hacia el derecho administrativo global: fundamentos, principios y ámbito de aplicación*, Sevilla: Global Law Press Editorial. Editorial Derecho Global, 2016, p. 21-48.

BAUMANN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução: Marcos Penchel, Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BELLO, Walden. *Desglobalização – Idéias para uma nova economia mundial*. Tradução Reinaldo Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2003.

BERMAN, Harold J., WOODRUFF, Robert. W. *World law*. *Koers Journal. Bulletin for Christian Scholarship*. vol. 64, n. 2/3 (1999), p. 379-384.

BINEMBOJM, Gustavo. *Uma teoria do direito administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização*. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

BITENCOURT NETO, Eurico. *Direito Administrativo Transnacional*. *Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico*. Número 18 – maio/junho/julho – 2009 – Salvador, p. 1-17.

BOGDANDY, Armin von, DANN, Philipp, GOLDMANN, Matthias. *Developing publicness of public international law: towards a legal framework for global governance activities*. (November 10, 2008). German Law Journal, Vol. 9, 2008, p. 1.376-1.400.

BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do século XX*; [versão brasileira da editora] – 2. ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2010.

CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2010.

CARDOZO, José Eduardo. *A origem e o futuro do direito administrativo*. In O direito administrativo na atualidade: estudos em homenagem ao centenário de Hely Lopes Meirelles (1917-2017) defensor do estado de direito. Arnaldo Wald, Marçal Justen Filho Cesar Augusto Guimarães Pereira (orgs.). São Paulo: Malheiros, 2017, p. 607-626.

CARNELUTTI, Francesco. *Como nace el derecho*. Traducción de Santiago Sentís Melendo y Marino Ayerra Redín. Buenos Aires: Librería “El Foro”.

CAVALCANTI, JÚNIOR, Fernando. *Os conflitos normativos e a disciplina multilateral do comércio na OMC*. São Paulo: Saraiva, 2013.

CASSESE, Sabino. *Global Polity. Global dimensions of democracy and the rule of law*. Sevilla: Global Law Press Editorial Derecho Global, 2012, p. 15-31.

CASSESE, Sabino. *Lo stato come problema storico*. Rivista trimestrale di diritto público, n. 1, 2013, p. 183-204.

CASSESE, Sabino. *Lo spazio giuridico globale*. Rivista trimestrale di diritto pubblico, vol. 2, 2002, p. 323-339.

CASSESE, Sabino. *Global administrative law: the state of the art*. International Journal of Constitutional Law, 13(2), 2015, p. 465-468.

CAROTTI, Bruno, CASINI, Lorenzo. *A hybrid public-private regime: the Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN) and the governance of the internet*, in Global Administrative Law: cases, materials, issues. Second Edition. IILJ-IRPA, 2008, p. 29-36.

CASINI, Lorenzo. *Global Administrative Law Scholarship*. Research Handbook on Global Administrative Law, ed. by Sabino Cassese, Edward Elgar, 2016. p. 1-25.

CASINI, Lorenzo. *Beyond drip-painting? Ten years of GAL and the emergence of a global administration*. International Journal of Constitutional Law, 13(2), 2015, p. 473-477.

CHEVALLIER, Jacques. *O Estado Pós-Moderno*. Tradução Marçal Justen Filho. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

CHIMNI, B.S. *Co-option and resistance: two faces of global administrative law*. International Law and Politics (2005), vol. 37, p. 799-827.

CRETELLA NETO, José. *Filosofia do direito internacional*. São Paulo: Letz Total Media Creative Projects, 2017.

COTTERREL, Roger. *What is transnational law?* Queen Mary University of London, School of Law Legal studies Research Paper n. 103/2012. Law Social Inquiry. (2012) 37, issue n. 2, p. 1-33.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Da constitucionalização do direito administrativo: reflexos sobre o princípio da legalidade e a discricionariedade administrativa*. In *Supremacia do interesse público e outros temas relevantes do direito administrativo*. Maria Sylvia Zanella Di Pietro e Carlos Vinícius Alves Ribeiro – coordenadores – São Paulo: Atlas, 2010, p. 175-196.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *O direito administrativo da crise*. In *O direito administrativo na atualidade: estudos em homenagem ao centenário de Hely Lopes Meirelles (1917-2017) defensor do estado de direito*. Arnaldo Wald, Marçal Justen Filho Cesar Augusto Guimarães Pereira (orgs.). São Paulo: Malheiros, 2017, p. 885-896.

DUARTE, Francisco de Abreu. *À descoberta do fundamento constitucional do Direito Administrativo Global*. Revista Eletrônica de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, vol. 1, n. 1, 2014, p. 187-202.

ESCARCENA, Sebastian Lopez. *Contextualizando el derecho administrativo global..* Anuario Colombiano de Derecho Internacional. vol. 11, 2018, p. 259-358.

FARIA, José Eduardo. *O direito na economia globalizada*. São Paulo: Malheiros, 1999.

FARIA, José Eduardo. *Direito e globalização econômica. Implicações e perspectivas*. José Eduardo Faria (organizador). São Paulo: Malheiros, 2015.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de direito constitucional*. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

FILOMENO, José Geraldo Brito. *Manual de teoria geral do Estado e ciência política*. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

FOLLONE, Renata Aparecida. *Globalização e cidadania. Uma nova visão e seus reflexos jurídico-constitucionais*. Birigui, SP: Boreal Editora, 2015.

FROTA, Hidemberg Alves da. *Direito administrativo global: padrões substantivos*. Revista Digital de Direito Administrativo da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, v. 2, n. 1, 2015, p. 1-36.

GONÇALVES, Alcindo, COSTA, José Augusto Fontoura. *Governança global e regimes internacionais*. São Paulo: Almedina, 2011.

GROSSI, Paolo. *Primeira lição sobre direito*. Tradução Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

GROTIUS, Hugo. *O direito da guerra e da paz (De jure Belli ac pacis)*. Tradução Ciro Mioranza. 2 ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005. v.1.

GUERRA, Sidney. *Curso de Direito Internacional Público*. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

HARLOW, Carol. *Global administrative law: the quest for principles and values*. The European Journal of International Law (2006), vol.17, n. 1, Oxford University Press, p. 187-214.

HEILMANN, Maria de Jesus Rodrigues Araújo. *Globalização e o novo direito administrativo*. Curitiba: Juruá Editora, 2010.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Tradução Rosina D'Angina. São Paulo: Martin Claret, 2014.

HOBBS, Eric. *A era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita, 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESSUP, Philip C. *Direito transnacional*. Traduzida de Transnational Law. New Haven: Yale University Press, 1956.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. 10 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Tradução Rodrigo Novaes e Ricardo R. Terra. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

KANT, Immanuel. *À paz perpétua*. Tradução Marco Zingano. Porto Alegre: L&PM, 2017.

KELSEN, Hans. *Teoria geral do direito e do Estado*. Tradução Luís Carlos Borges – 4. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KHUN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 13 ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

KINGSBURY, Benedict. *The concept of “law” in global administrative law*. The European Journal of International Law (2009), vol. 20, n. 1, Oxford University Press, p. 23-57.

KINGSBURY, Benedict. *Three models of “distributed administration”: canopy, baobab, and symbiote*. International Journal of Constitutional Law, 13(2), 2015, p. 478-481.

KINGSBURY, Benedict, KRISCH, Nico, STEWART, Richard. *The Emergence of Global Administrative Law*. Law and Contemporary Problems, vol. 68, n. 3/4 (Summer – Autumn, 2005), p. 15-61.

KINGSBURY, Benedict, STEWART, Richard. *Hacia el derecho global? Trayectorias y desafíos*. In *Hacia el derecho administrativo global: fundamentos, principios y ámbito de aplicación*, Sevilla: Global Law Press Editorial. Editorial Derecho Global, 2016, p. 57-86.

KRISCH, Nico. *Global administrative law and the constitutional ambition*. LSE Legal Studies Working Paper N. 10, 2009, p. 1-22.

KRISCH, Nico, KINGSBURY, Benedict. *Introduction: global governance and global administrative law in the international legal order*. The European Journal of International Law (2006), vol. 17, n. 1, Oxford University Press, p. 1-13.

MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. *A genealogia do Direito Internacional*. RFD – Revista da Faculdade de Direito da UERJ, n. 18 (2010), p. 1-35.

MAGALHÃES, José Carlos de. *O mundo como empresa global. Aspectos relevantes da ordem internacional*. São Paulo: Grua, 2016.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Curso de direito internacional público*. 10 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

MEDAUAR, Odete. *O direito administrativo em evolução*. 3 ed. Brasília: Gazeta Jurídica, 2017.

MOLLERS, Christoph. *Ten years of global administrative law*. International Journal of Constitutional Law, 13(2), 2015, p. 469-470.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *O Direito administrativo no século XXI*. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Poder, Direito e Estado - O direito administrativo em tempos de globalização*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.

NÉGULESCO, Paul. *Principes du droit international administrative*, Recueil des Cours, v. 51, 1935-I. p. 582-689.

NUNES, António José Avelãs. *A constituição europeia: a constitucionalização do neoliberalismo*. São Paulo: Editora revista dos Tribunais, 2007.

PAUWELYN, Joost, WESSEL, Ramses, WOUTERS, Jan. *Informal international lawmaking*. Oxford University Press, Oxford, 2012P. 13-34.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Teoria das relações internacionais: o mapa do caminho – estudo e prática*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

- PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 10 ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.
- REINSCH, Paul S. *Administrative law and national sovereignty*. American Journal of International Law, 3(1), 11, p. 1-45.
- REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- RUDALL, Jason. *A cartography of cosmopolitanism: particularising the universal*. Cambridge Journal of International and Comparative Law (3)3, 2014, p. 747-769.
- SANCHEZ, Michelle Ratton. *The global administrative law project: a review from Brazil*. Hauser Globalization Colloquium Fall 2008: Global Governance and Legal Theory. Decemhern3. NYU Law School, p. 1-19.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Por uma concepção multicultural de direitos humanos*. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra n. 48, junho 1997, p. 11-32.
- SAVINO, Mario. *What if global administrative law is a normative project?* International Journal of Constitutional Law, 13(2), 2015, p. 492-498.
- SCHMIDT-ASSMANN, Eberhard. *La ciencia del derecho administrativo ante el reto de la internacionalización de las relaciones administrativas*. Revista de Administración Pública. Madrid (2006), septiembre-diciembre, p. 7-34.
- SCHMIDT-ASSMANN, Eberhard. *The internalization of administrative relations*. German Law Journal. vol. 9, n. 11, p. 2.062-2.079.

STEINFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2016.

STEWART, Richard B. *The normative dimensions and performance of global administrative law*. International Journal of Constitutional Law, 13(2), 2015, p. 499-506.

SUNDFELD, Carlos Ari. *Direito administrativo para céticos*. 2 ed. São Paulo: Malheiros, p. 2014.

TEUBNER, Gunther. *Global private regimes: neo-spontaneous law and dual constitutional of autonomous sectors in word society*. Public Governance in the age of globalization, Karl-Heinz Lauder, ed. Ashgate, Aldershot, 2004, p. 1-17.

WEILER, J.H.H. *GAL at a crossroads: preface to the symposium*. International Journal of Constitutional Law, 13(2), 2015, p. 463-464.

WIESSNER, Siegfried, WILLARD, Andrew R. *Policy-Oriented Jurisprudence*. 44 German YB Int'l L. 96 (2001), p. 96-112.

ZOLO, Danilo. *Globalização: um mapa dos problemas*. Tradução: Anderson Vichikenski Teixeira. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.